



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7261 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

COVID19, ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E AUTONOMIA DOCENTE:

ALGUMAS REFLEXÕES

Elita Betania de Andrade Martins - UNIVERSIDADE FEDERAL JUIZ DE FORA

COVID19, ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E AUTONOMIA DOCENTE: ALGUMAS REFLEXÕES

O distanciamento social, uma das estratégias de enfrentamento ao vírus Sars-Cov-2, causador da infecção conhecida como Covid19, modifica profundamente a vida de habitantes de diversos países, alterando suas rotinas.

Dentre as rotinas alteradas, a suspensão das atividades escolares impacta, segundo a UNESCO, a vida de 1,5 bilhão de crianças e jovens no mundo. Tal organização, em março, reúne organizações e parceiros do setor privado, tais como Google, Facebook, Zoom em uma coalizão, com o objetivo de “apoiar os países a ampliar suas melhores práticas de aprendizagem a distância e atingir crianças e jovens em maior risco”, sob o lema “#AprendizagemNuncaPara.”

A ideia de manter as aulas à distância é adotada também em nosso país, a partir da publicação de instrumentos legais como a Medida Provisória (MP 934/2020) a qual flexibiliza os dias letivos, porém mantém a carga horária mínima de 800h/ano, favorecendo que o ensino se desenvolva na modalidade à distância, apontada pelo Decreto 9057/2017, como alternativa em casos emergenciais e a Portaria do MEC 343/2020, que ao permitir a aula presencial ser substituída por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, impulsiona a utilização de plataformas de ensino.

A presença das plataformas de ensino foi evidenciada na pesquisa do Coletivo Colemarx (2020), segunda a qual 16 unidades federativas brasileiras, adotaram para o ensino remoto, dentre outras estratégias, a plataforma Rede Escola Digital, desenvolvida por grupos privados ligados à empresas.

Tal ação é apresentada como um esforço para garantia do direito educacional, porém seus efeitos precisam ser devidamente analisados, pois podem reforçar desigualdades, quando consideramos que conforme dados do IBGE (2018), 25,3% da população não tem acesso a internet e a maior parte do acesso é feito por celulares, o que nem sempre é compatível com plataformas de ensino digital.

Esta contextualização é importante, pois nos ajuda a identificar as diferentes forças que estão presentes no que Ball e Bowe (apud MAINARDES,2006) classificaram como contexto de influência, momento no qual, as políticas públicas são iniciadas e os discursos

políticos são construídos. Tal contexto, dentro do que os referidos autores denominaram de ciclo de políticas, está relacionado a outros 2 contextos, que se inter-relacionam, mas não de forma linear.

As disputas no contexto de produção de texto poderão se materializar em “textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc.” (MAINARDES, 2006, p.52), Tais textos são discursos que produzem efeitos no chamado contexto de prática, no qual as políticas estão sujeitas a interpretação e recriação e no caso, da educação, na maioria das vezes, é exemplificado pela escola.

Por isso, investigar o contexto de prática é extremamente importante, já que é lá que podem acontecer transformações significativas na política original. Entender parte dos efeitos das políticas educacionais que elegem o ensino remoto emergencial como forma de assegurar o direito educacional no período de pandemia, torna-se um desafio para todos os pesquisadores da área de educação.

Para compreender parte desses efeitos, iniciamos uma pesquisa em maio/2020 com o objetivo de identificar as percepções dos professores que atuam na educação básica sobre o seu trabalho durante o contexto de pandemia, cujos resultados parciais serão apresentados no presente texto.

A pesquisa de caráter quanti-qualitativo adotou como recursos metodológicos a aplicação de questionário online, semi-estruturado, entrevistas e análise de documentos. Contou com a participação de professores da educação básica que atuavam no ensino remoto, em um município da zona da mata mineira, durante o período de pandemia.

Começamos a pesquisa, convidando 5 professores, dentro de nossa rede de contato, a responderem o questionário e em seguida, o encaminharem a outros 2 professores, que deveriam proceder da mesma forma, totalizando 116 respondentes.

Além disso, os 5 primeiros professores contactados participaram de uma entrevista sobre seu cotidiano, durante uma semana de trabalho. Foram também, entrevistados, representantes dos Sindicatos de Professores e patronal, com a finalidade de obter informações que aliadas a análise de documentos contribuíssem para uma melhor caracterização do contexto.

No momento, iniciamos a análise dos questionários, a respeito dos quais destacaremos alguns elementos. Dentre os respondentes, 75,9% são mulheres, com predomínio da faixa etária de 30 a 44 anos (62,9%), revelando ainda formação adequada à docência (todos graduados e 55,2% com especialização) e grande experiência profissional, já que 39,7% tem entre 8 a 15 anos de exercício docente e 21,6% entre 16 a 25 anos.

Apesar de ser um grupo profissionalmente experiente, 61,2% não havia concluído nenhum curso sobre educação online e ainda, 53,4% afirmou que a escola não ofereceu formação que auxiliasse o exercício da docência de forma remota e quando aconteceu alguma formação, foi no sentido de apresentar tutoriais de utilização de plataformas de ensino, criando muita insegurança e fazendo com que os professores tivessem que pedir auxílio a seus pares.

Se considerarmos que conforme Enguita (1991), a autonomia, compreendida como capacidade de controlar o objeto e o processo de seu trabalho é necessária para evitar a proletarização do trabalhador e que este controle está ligado ao conhecimento e a capacidade de fazer escolhas (Freire, 1998), podemos estar diante de um processo de proletarização

docente, já que o treino para o emprego das plataformas de ensino, pode não propiciar uma reflexão sobre tal uso, suas consequências e até mesmo, apontar sugestões de modificações quanto a sua utilização.

Interferências externas também podem impactar no controle pelo professor de seu trabalho, já que 65,5% dos professores percebem haver interferência dos pais na realização das atividades propostas, relatando que pais não só respondem as atividades para seus filhos, como também “abrem a câmera”, interrompem e questionam o professor ou ainda, fazem intervenções em vídeos postados.

Tais interferências podem representar a preocupação de pais com a aprendizagem dos filhos, mas ao mesmo tempo refletir a presença de ideais como os do movimento Escola sem Partido, que desvaloriza a figura docente e incentiva uma espécie de patrulhamento ideológico que gera “um clima de assédio moral no interior da escola e de toda a sociedade” (Ramos, 2017, p.84).

Palavras-chave: Pandemia. Educação. Trabalho docente.

REFERÊNCIAS

COLEMARX, Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação. *Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas* Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGGE Faculdade de Educação– FE Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 22/04/2020. Disponível em: http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto_cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf. Acesso em: 30 mai. 2020

ENGUITA, Mariano F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. Revista *Teoria & Educação* – Dossiê: Interpretando o trabalho docente. Porto Alegre. n.º4, 1991, p.41-61

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MAINARDES, Jeferson. Abordagem ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*. Campinas, v.27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n94/a03v27n94.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2017

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.